

Relatório da

Conferência Internacional Sobre a Exploração Mineira e de Pedreiras Artesanais e de Pequena Escala

Livingstone, 11-13 de
setembro de 2018

EMAP 18

Anexo I

Declaração de Mosi-oa-Tunya Sobre a Exploração e o Desenvolvimento de Minas e Pedreiras Artesanais e de Pequena Escala

CHAMADA PARA A AÇÃO

A Conferência Internacional sobre a Exploração Mineira e de Pedreiras Artesanais e de Pequena Escala (EMAPE),

Tendo-se realizado em Livingstone de 11 a 13 de setembro de 2018, e aberta por S. Ex.^a Sr. Edgar Chagwa Lungu, Presidente da República da Zâmbia;

Exprimindo o seu profundo agradecimento ao Governo da Zâmbia por acolher esta Conferência Internacional,

Convocada pelo Grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico, pela União Europeia, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pelo Governo da Zâmbia, com o apoio do Banco Mundial, da União Africana, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos, da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos, do Fórum Intergovernamental sobre Mineração, Minerais, Metais e Desenvolvimento Sustentável, da Cooperação Alemã, do Centro Africano de Desenvolvimento de Recursos Minerais, do Centro Africano de Recursos Minerais e Geociências e da Comunidade do Pacífico;

Recordando o Seminário Inter-regional sobre as Diretrizes para o Desenvolvimento da Mineração de Pequena e Média Escala, realizado em Harare, Zimbabué, em 1993, o encontro global inaugural sobre a Mineração Artesanal de Pequena Escala (MAPE) que reconheceu o contributo importante da MAPE para as economias rurais nacionais e regionais e confirmou que a MAPE era um sector totalmente integrado, ao contrário da natureza de enclave da mineração de grande escala;

Afirmando o reconhecimento, pelas Diretrizes de Harare, do papel central e contributo das mulheres para a MAPE e da necessidade de identificação e eliminação das barreiras que impedem a sua participação eficaz;

Lamentando que as recomendações das Diretrizes de Harare tenham sido dirigidas aos governos e suas agências, excluindo outras partes interessadas fundamentais, o que resultou na implementação lenta das recomendações devido aos recursos técnicos, financeiros e humanos insuficientes para operacionalizá-las;

Recordando a Mesa-Redonda Internacional sobre a Mineração Artesanal realizada em Washington DC em 1996, onde foi recomendada uma abordagem holística ao desenvolvimento da MAPE através de parcerias com várias partes interessadas e definido um Plano de Ação que envolvia partes interessadas fundamentais para uma ação sinérgica em parceria com os governos e respetivas agências, as ONG, os mineiros artesanais e suas associações, as agências doadoras internacionais e empresas mineiras internacionais para a transformação holística da MAPE, em especial através da regularização da exploração mineira informal;

Afirmando a distribuição de responsabilidades do Plano de Ação da Mesa-Redonda Internacional, através da qual (i) os governos assumem a responsabilidade principal por melhorar as condições jurídicas e regulamentares da exploração mineira artesanal e por garantir que as instituições apropriadas para cumprir este mandato estão estabelecidas e adequadamente financiadas, (ii) as ONG e associações de EMAPE apoiam a transformação da EMAPE através da mobilização e organização dos mineiros em grupos e da sua formação para mobilizar recursos financeiros e proteger o ambiente, (iii) as organizações multilaterais catalisam a transformação através da divulgação de melhores práticas e experiências no âmbito da EMAPE, do financiamento de reformas políticas e de ações direcionadas no setor, incluindo o apoio a programas de microfinanciamento; e, apesar de as ações esperadas das empresas internacionais de exploração mineira não terem sido claramente especificadas, previa-se que apoiassem a transformação da EMAPE com vista a reduzir as tensões sociais com os mineiros locais e as populações indígenas;

Recordando o Seminário sobre Exploração Mineira Artesanal e de Pequena Escala em África, realizado em Yaoundé, Camarões, em 2002, cuja Declaração de Princípio apelava explicitamente aos países-membros para contribuírem de forma sustentável para a redução da pobreza e a melhoria dos meios de subsistência nas comunidades africanas de EMAPE até 2015, em harmonia com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio;

Afirmando as propostas-chave do Seminário sobre Exploração Mineira Artesanal e de Pequena Escala em África, que visavam integrar estratégias de redução da pobreza na política de exploração mineira, incluindo políticas de EMAPE, integrar a política de EMAPE no processo do Plano Estratégico de Redução da Pobreza (PERP), com vínculos com outros setores rurais, e desenvolver um quadro estratégico para os PERP, com parcerias ampliadas para concretizar a Declaração de Princípio a fim de incluir os bancos, Instituições Financeiras Internacionais e instituições académicas e de investigação;

Reconhecendo o papel importante identificado na Declaração de Visão do Seminário sobre Exploração Mineira Artesanal e de Pequena Escala em África pelo grupo de trabalho do CASM (Comunidades, Mineração Artesanal e a Pequena Escala) em identificar e divulgar regulamentações sobre melhores práticas, identificar recursos disponíveis para apoio da EMAPE, analisar estudos de base existentes a fim de determinar a relevância para a “Declaração de Princípio de Yaoundé” em países selecionados, além de lamentar o facto do CASM já não desempenhar este papel congregador no intercâmbio internacional de conhecimentos sobre a EMAPE;

Recordando o sistema de certificação do Processo de Kimberley estabelecido pela Resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas A/RES/55/56 em 2000 e aprovado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas na sua Resolução 1459 em 2003, que apoiava a criação de um sistema de certificação internacional para os diamantes em bruto;

Recordando a “Visão Mineira Africana” (VMA) adotada pelos chefes de Estado na Cimeira da União Africana de fevereiro de 2009, na sequência da reunião de ministros africanos responsáveis pelo Desenvolvimento de Recursos Minerais de outubro de 2008, e as aspirações relativas a uma exploração transparente, equitativa e ótima dos recursos minerais como base em um crescimento sustentável e desenvolvimento socioeconómico, e reiterando especificamente o potencial da EMAPE para melhorar as condições de vida nas zonas rurais, para estimular o empreendedorismo socialmente responsável e promover o desenvolvimento local e nacional integrado e a cooperação regional;

Recordando o Quadro de Ação para o Desenvolvimento do Setor dos Recursos Minerais dos Países ACP, aprovado pelo Comité de Embaixadores ACP em 2011, que propunha várias ações para fortalecer a capacidade das instituições do sector público de recursos minerais, desenvolver a exploração mineira e os sistemas de informação geocientíficos, desenvolver os setores de exploração mineira de pequena e média escala, reduzir os impactos sociais e ambientais adversos, melhorar as infraestruturas de energia e de transportes relacionadas com a exploração mineira e reforçar a industrialização baseada em recursos minerais e a diversificação das economias ACP, bem como o Acordo de Cooperação ACP-UE para o Desenvolvimento do Setor Privado nos Países ACP, que estabelece uma estratégia para auxiliar as pequenas empresas no que respeita a um acesso melhorado ao financiamento e ao apoio à transição para a economia formal;

Recordando a Declaração de Lusaca da Cimeira Especial da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), sobre o combate à Exploração Ilegal de Recursos Naturais realizada em Lusaca, Zâmbia, em 2010, que estabelecia uma abordagem abrangente para diminuir a exploração ilegal de recursos naturais através 1) de um Mecanismo de Certificação Regional, 2) da Harmonização da Legislação Nacional, 3) de uma Base de Dados Regional sobre Fluxos de Recursos Minerais, 4) da Formalização do Setor da Exploração Mineira Artesanal, 5) da Promoção da Iniciativa para a Transparência da Indústria Extrativa (ITIE) e 6) de um Mecanismo de Denúncia;

Reiterando que a Declaração de Lusaca aprova o “Guia da OCDE sobre o Dever de Diligência para Cadeias de Aprovisionamento Responsáveis em Minerais Provenientes de Zonas de Conflito ou de Alto Risco” como transversal para a Iniciativa Regional de Luta contra a Exploração Ilegal de Recursos Naturais (IRRN), e apela às empresas que extraem e compram recursos minerais da Região dos Grandes Lagos para que adotem as seis ferramentas da Declaração de Lusaca;

Recordando a Secção 1502 da Lei Dodd-Frank dos Estados Unidos e iniciativas subsequentes para combater o conflito armado associado ao comércio de recursos minerais na Região dos Grandes Lagos;

Recordando o Guia da OCDE sobre o Dever de Diligência para Cadeias de Aprovisionamento Responsáveis em Minerais Provenientes de Zonas de Conflito ou de Alto Risco, que proporciona

um quadro de referência para que as empresas identifiquem e limitem os riscos de contribuir para o financiamento de conflitos, violações de direitos humanos, corrupção e luta contra o branqueamento de capitais nas suas cadeias de abastecimento, bem como um Anexo exortando a todas as partes interessadas para que apoiem a criação de oportunidades económicas e de desenvolvimento para os mineiros artesanais e de pequena escala;

Recordando a Convenção de Minamata sobre o Mercúrio, um tratado global para proteger a saúde humana e o ambiente contra a poluição causada pelo mercúrio, que exige que os países signatários que possuem atividades de extração de ouro artesanal e de pequena escala elaborem Planos Nacionais de Ação para reduzir e, se viável, eliminar a utilização de mercúrio e implementar medidas para formalizar ou regulamentar a EMAPE e reforçar as capacidades técnicas que permitem alcançar os objetivos da convenção;

Recordando a Resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas A/RES/70/1 de 25 de setembro de 2015, mediante a qual 193 países da ONU adotaram 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável contendo 169 metas para “transformar o nosso mundo” ao contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

Recordando a recomendação ministerial do primeiro Comité Técnico Especializado da União Africana sobre Comércio, Indústria e Recursos Minerais, que teve lugar em Adis Abeba, Etiópia, em 2016, para chamar a atenção para a importância dos Recursos Minerais de Desenvolvimento, fazendo quatro recomendações sobre o setor: i) os Países-Membros e as Comunidades Económicas Regionais (CER) deveriam efetuar relatórios, anuais ou bienais, sobre os seus progressos na implementação da agenda continental dos Recursos Minerais de Desenvolvimento, ii) os Países-Membros e as CER deveriam considerar a possibilidade de dar prioridade aos Recursos Minerais de Desenvolvimento, iii) os Minerais e Materiais de Baixo Valor (MMBV) deveriam ser designados por Minerais de Desenvolvimento nos quadros políticos regionais e estratégias nacionais de desenvolvimento e iv) os Países-Membros e as CER deveriam implementar políticas e programas eficazes que apoiem a inclusão efetiva das mulheres, especialmente nos Minerais de Desenvolvimento;

Levando em conta a adoção, em 2017, do Regulamento da União Europeia que estabelece obrigações de devida diligência aos importadores de estanho, de tântalo e de tungsténio e seus minérios, e de ouro, provenientes de zonas de conflito e de alto risco, baseado no Guia da OCDE de Devida Diligência, e saudando as medidas que acompanham o Regulamento que visam fomentar a cooperação entre países produtores e consumidores através de projetos conjuntos de exploração mineira sustentável e uma boa governação, reconhecendo a especificidade da EMAPE;

Reconhecendo a diversidade de contextos em que a EMAPE existe, bem como as dificuldades sociais e económicas que os países em desenvolvimento enfrentam, incluindo os desafios de desenvolvimento específicos dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) que têm as suas próprias vulnerabilidades

e características associadas à sua pequena dimensão, localização remota, base limitada de recursos e de possibilidades de exportação e exposição aos desafios ambientais globais e choques económicos externos;

Celebrando a contribuição significativa da EMAPE para o melhoramento das condições de subsistência individuais, bem como para as economias familiares, locais, nacionais, regionais e internacionais, além do enorme e inegável impacto da EMAPE na redução da pobreza e no desenvolvimento económico em todas as escalas;

Lamentando que, desde o inaugural Seminário de Harare e o pronunciamento de várias declarações, persistam desafios que impedem a plena concretização do potencial da EMAPE para contribuir para o desenvolvimento sustentável;

DECLARAÇÃO

Em vista do bem-vindo progresso, dos desafios persistentes e das oportunidades ainda por concretizar da Exploração Mineira Artesanal e de Pequena Escala (EMAPE);

Nós, participantes globais representando diversas partes interessadas da Conferência Internacional sobre a Exploração Mineira e de Pedreiras Artesanais e de Pequena Escala (EMAPE), reunidos em Livingstone, Zâmbia, nos dias 11 a 13 de setembro de 2018, reiteramos a importância fundamental da EMAPE para o melhoramento das condições de subsistência, criação de emprego, redução da pobreza e desenvolvimento sustentável.

Com base nas considerações precedentes e por este meio vimos:

Questões diversas

Afirmar que os mineiros artesanais e de pequena escala e trabalhadores das pedreiras devem estar no cerne de quaisquer esforços para transformar a EMAPE e apelar a todas as partes interessadas para que reconheçam a iniciativa e a liderança demonstrada pelos mineiros e seus representantes; que ouvimos ativamente todas as questões, preocupações e sugestões levantadas e procuramos compreender as realidades do terreno; que eliminamos qualquer linguagem, discurso e comportamento que agrave o estigma associado à EMAPE; e que agimos de forma a capacitar os mineiros para que possam elaborar a sua própria visão do desenvolvimento.

Formalização

Reconhecer que, para que qualquer sociedade maximize o impacto positivo de uma atividade económica, inclusive a EMAPE, esta deve ser formalizada, responsável e bem governada.

Louvar todos os esforços para colmatar as lacunas entre as realidades correntes e as visões políticas e apelar aos governos para que estabeleçam quadros jurídicos e regulamentares específicos para a EMAPE que equilibrem os interesses legítimos de todas as partes interessadas, sublinhando que todas as partes interessadas devem partilhar a sua parte de responsabilidade neste processo.

Quadros jurídicos e regulamentares específicos ao contexto da EMAPE

Lamentar que muitos países não contem com disposições que diferenciem a exploração mineira artesanal da exploração mineira de pequena e média escala na lei e na política, com consequências, como a imposição de limitações à dimensão da concessão, aos níveis de produção e à aquisição de equipamento mineiro que impede a EMAPE de se transformar, e apelar aos governos para que promulguem medidas que distingam as diferentes escalas da exploração mineira e adotem uma “perspetiva de desenvolvimento” que apoie a transformação da EMAPE e que não sejam excessivamente restritivas.

Reconhecer a necessidade de os direitos minerais da EMAPE incluírem: direitos de transferência e de transformação das concessões mineiras, direitos a renovações sucessivas da licença, direitos de exclusividade, acesso a áreas para exploração, extração e transformação, direitos ao processamento mineral e direitos de aceder a mercados e de vender produtos ao preço de mercado, e apelar aos governos e respectivas agências para que cumpram o seu mandato legislativo e de supervisão em prol de um ambiente jurídico da EMAPE baseado em direitos.

Integração da questão de género

Rejeitar a noção de que a exploração mineira é uma atividade exclusiva para homens e reconhecer que um enorme número de mulheres participa em todos os aspetos da cadeia de valor mineira.

Comprometer-nos e apelar a todas as partes interessadas para que abram novos caminhos para que as mulheres participem, beneficiem e sejam empoderadas graças à exploração mineiras e suas cadeias de valor, incluindo a remoção de quaisquer barreiras estruturais, culturais, sociais e económicas subjacentes.

Integração da EMAPE na Agenda do Desenvolvimento

Louvar a preocupação acrescida com a EMAPE por parte dos governos e da cooperação para o desenvolvimento, mas apelar a um maior compromisso para igualar a escala e a importância da EMAPE para o desenvolvimento.

Reconhecer a necessidade de um compromisso sustentado para com o desenvolvimento da EMAPE e apelar aos governos, ao setor privado, às instituições multilaterais, às instituições financeiras e à cooperação para o desenvolvimento para que reflitam a importância da EMAPE nas agendas, políticas e planos de desenvolvimento internacionais, regionais, nacionais e locais e para que os governos

sublinhem esta importância junto aos parceiros técnicos e financeiros.

Minerais de Desenvolvimento

Afirmar a recomendação do Programa de Minerais de Desenvolvimento da ACP-UE para que os minerais e materiais que são extraídos, transformados, fabricados e utilizados principalmente a nível nacional em setores como a construção, a manufatura, a infraestrutura, o artesanato e a agricultura sejam designados por Minerais de Desenvolvimento, devido ao seu contributo excepcional para as economias locais, nacionais e regionais e potencial de transformação estrutural dos países em desenvolvimento.

Reconhecer que o papel dos s Minerais de Desenvolvimento no desenvolvimento sustentável não está predestinado e que exige esforços concertados de todas as partes interessadas a fim de ultrapassar desafios ambientais, sociais, laborais e outros e que todos os minerais são relevantes para o desenvolvimento no seu apoio ao melhoramento das condições de subsistência dos mineiros artesanais de pequena escala.

Lamentar que as referidas conferências internacionais, visão e ações não tenham incluído o espectro total dos minerais e materiais explotados pela EMAPE e apelar a todas as partes interessadas que se certifiquem de que nenhuma parte do setor da EMAPE seja negligenciada.

Representação e apoio dos mineiros

Apelar a todas as partes interessadas para que encontrem uma base comum sobre como simplificar a governabilidade e o apoio à EMAPE e enfatizem a necessidade de representação e apoio aos mineiros pelas suas próprias organizações.

Encorajar as organizações representativas da EMAPE, associações e organizações de desenvolvimento empresarial a investirem no desenvolvimento de competências empresariais, técnicas e operacionais dos seus membros e constituintes.

Solicitar à cooperação internacional para o desenvolvimento e aos governos que invistam no reforço de capacidades em matéria de competências empresariais, análise de mercado, promoção do investimento, tecnologias, competências geológicas, gestão da exploração mineira, meio ambiente, saúde e segurança, relações comunitárias e resolução de conflitos, direitos laborais e outras competências práticas que irão capacitar a EMAPE.

Gestão de dados

Reconhecer que a coleta e a análise precisa e transparente de dados sobre a EMAPE contribuem para melhorar o conhecimento, a responsabilidade e o suporte mais efetivo aos mineiros.

Apelar aos governos, instituições de investigação e de formação, setor privado e sociedade civil para que colaborem na coleta e compartilhamento de dados, inclusive contribuindo para bancos de dados abertos, integração da EMAPE nos recenseamentos e sondagens gerais e utilização dos dados para uma melhor formulação de políticas e transparência.

Observar que os dados coletados da EMAPE possuem valor e apelar às partes interessadas para que garantam que os benefícios dos dados sejam partilhados de forma equitativa.

Financiamento inclusivo

Destacar que a falta de acesso a produtos financeiros acessíveis e adaptados é um obstáculo de peso frequentemente mencionado pela EMAPE, que conduz à estagnação e eventual abandono de projetos empresariais na EMAPE.

Exortar a todas as partes interessadas para que melhorem o acesso a produtos financeiros acessíveis e adaptados para a EMAPE, por exemplo, sensibilizando as instituições financeiras para o seu desenvolvimento e o potencial da EMAPE, facilitando o fornecimento de linhas de crédito em parceria com instituições financeiras privadas e públicas e promovendo sobre os mesmos a partilha de conhecimentos.

Reconhecer a necessidade de os governos concederem direitos de exploração mineira à EMAPE, em particular com a duração, a dimensão de áreas e a produção adequadas, entre outros aspetos, para permitir a sua utilização como garantia para acesso ao crédito.

Proteção do ambiente

Reconhecer que a saúde do ambiente natural é essencial para as condições de vida e a saúde de todos, incluindo os mineiros artesanais e de pequena escala e respetivas comunidades, e que as práticas mineiras que mantêm a integridade dos rios, dos oceanos e das florestas são importantes tanto por direito próprio como para os serviços associados aos ecossistemas, como a lenha, a alimentação e a água potável.

Reconhecer que factores sazonais levam muitos mineiros e agricultores a praticarem tanto a agricultura como a exploração mineira para diversificar os seus meios de subsistência e que os impactos ambientais da EMAPE constituem somente uma dimensão dos impactos cumulativos nas regiões.

Apelar aos mineiros e associações que os representam para que envidem todos os esforços possíveis para evitar e minimizar os danos ambientais causados pela extração, beneficiamento, transformação e uso de recursos minerais e materiais, em particular devido à utilização de produtos químicos para processamento, como o mercúrio.

Apelar aos governos para fortalecer a fiscalização eficaz e a regulamentação compatível com a EMAPE para a proteção

ambiental; e a todas as outras partes interessadas para que desempenhem a sua parte na proteção da integridade dos ecossistemas para as gerações futuras.

Saúde e segurança

Reconhecer que a falta de conhecimentos, identificação e controlo da saúde e segurança afetam os trabalhadores da EMAPE, as suas famílias e as comunidades e apelar às partes interessadas, especialmente os trabalhadores e organizações que os representam, proprietários de minas e governos para que dupliquem os seus esforços para acabar com as fatalidades, lesões e doenças através do reforço de capacidades, controlos adequados e uma fiscalização que promova as boas práticas nas minas e pedreiras.

Trabalho infantil

Reconhecer que o trabalho infantil e a presença de crianças em minas e locais de exploração mineira podem representar preocupações sérias para os direitos humanos e, em conformidade com as Convenções 138 e 182 da OIT, o trabalho realizado por pessoas menores de 18 anos não deve colocar em perigo a escolaridade ou o desenvolvimento social, moral ou físico.

Sublinhar a necessidade de combater as piores formas de trabalho infantil enquanto levamos em conta a complexidade deste problema e a diversidade de situações, como por exemplo a presença de crianças no local de trabalho, a idade da criança, se a criança está acompanhada por um dos pais ou não, a duração da sua presença no local, se a criança está a trabalhar ou não e, em caso afirmativo, o tipo de trabalho e as horas de trabalho.

Conflito e direitos humanos nas cadeias de abastecimento da EMAPE

Reconhecer que os riscos de financiamento de conflitos e de violações dos direitos humanos podem afetar qualquer cadeia de abastecimento de recursos minerais.

Reiterar o papel primordial dos governos na proteção dos direitos humanos, tal como estabelecido nos Princípios Orientadores para as Empresas e os Direitos Humanos da ONU, e apelar ao setor privado nacional, regional e internacional para que garanta que as práticas de produção e de aprovisionamento não contribuam para violações dos direitos humanos ou conflitos e seu financiamento, através da implementação de instrumentos como o Guia da OCDE sobre o Dever de Diligência em todas as cadeias de abastecimento de recursos minerais.

Reconhecer a necessidade de equilibrar os interesses legítimos de todas as partes interessadas, em especial dos membros mais vulneráveis da cadeia de abastecimento, e apelar a todas as partes interessadas para que dupliquem os seus esforços para garantir uma repartição justa da carga dos esforços para desenvolver cadeias de abastecimento responsáveis e um apoio ativo à EMAPE para tirar partido de oportunidades económicas e de desenvolvimento.

Integração da EMAPE nas cadeias de abastecimento locais, nacionais, regionais e internacionais

Sublinhar que a informalidade ao longo de toda a cadeia de abastecimento impede o desenvolvimento sustentável da EMAPE, e apelar ao setor privado e partes interessadas relevantes ao longo da cadeia de abastecimento para que trabalhem em conjunto para um setor formalizado, rentável, inclusivo e responsável e para que os governos implementem um ambiente operacional favorável para as empresas.

Promoção da transparência nas cadeias de abastecimento de recursos minerais

Reconhecer a necessidade de transparência como uma ferramenta para reforçar a confiança e a responsabilização e apelar ao setor privado nacional, regional e internacional para que implemente práticas transparentes em toda a cadeia de abastecimento; aos governos para que melhorem os processos de tomada de decisões e de gestão de receitas e que apoiem a sociedade civil local na transformação da transparência em responsabilização; e às organizações internacionais, como a Iniciativa para a Transparência da Indústria Extrativa, para que intensifiquem os esforços a fim de incluir a EMAPE nos relatórios, levando em conta a especificidade do setor.

-- Livingstone, Zâmbia, 13 de setembro de 2018 --

**Conferência
Internacional Sobre
a Exploração
Mineira e de Pedreiras
Artesanais e de
Pequena Escala**

EMAPE 18